

Gêneros gramatical, textual e social nos estudos linguísticos

Dulce Elena Coelho Barros

Departamento de Letras, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil.
E-mail: decbarros@uem.br

RESUMO. Tendo em vista a natureza polissêmica do vocábulo gênero em português, bem como o fato de os estudos dos gêneros gramaticais e dos gêneros textuais terem se revelado um campo aberto ao estudo de questões afetas ao gênero social (*gender*), busco, neste artigo, sintetizar em um único texto as diversas formas pelas quais os assuntos “gênero gramatical” e “gênero textual” vêm sendo tratados no interior dos estudos linguísticos. A pesquisa visa ainda assinalar a interferência, no interior desses estudos, de uma perspectiva de gênero (*gender*) que se coaduna com o caráter social da linguagem.

Palavras-chave: gênero gramatical, gênero textual, gênero social.

ABSTRACT. *Grammatical genre, textual genre and gender in linguistic studies.*

Owing to the polysemic nature of the Portuguese term “gênero” and since studies on the grammatical and textual genres deal with the study of issues on gender, current analysis synthesizes in a single text the different forms by which the “grammatical genre” and “textual genre” subjects are dealt with in linguistic studies. The investigation also deals with the interference in these studies of a perspective of gender which agrees with the language’s social characteristics.

Key words: grammatical genre, textual genre, gender.

Introdução

Falar sobre gênero nas línguas significa percorrer três áreas do conhecimento linguístico. Uma delas corresponde à linguística estrutural, mais especificamente, à morfologia. Nessa vertente de estudos da linguagem, são enfatizadas duas categorias de gênero, a saber, o gênero gramatical das línguas e suas correspondências semânticas com o gênero natural ou biológico dos seres no mundo. Uma segunda vertente de estudos do gênero volta-se para o texto como um todo. Nela, busca-se discutir, descrever e estabelecer tipologias de discursos. Uma outra vertente de estudos do gênero (*gender*) incide sobre a relação entre linguagem e sociedade. Muito embora tal perspectiva de estudos vise não se afastar dos aspectos linguísticos elucidativos dos aspectos semânticos e pragmáticos dos textos e discursos, enfatiza elementos determinantes dos gêneros sociais nas línguas, ou seja, os modos de representação dos sujeitos nas línguas, homens e mulheres. Nesse sentido, o vocábulo gênero, a ser focado neste artigo, coaduna-se com o caráter social da linguagem e atravessa a apresentação de enfoques voltados para o vocábulo empregado como gênero gramatical e gênero textual.

Gênero gramatical

De modo geral, quando o assunto é o gênero nas línguas, é sob o título de *gênero gramatical* que surgem

as categorizações formal e semântica da mais enigmática, de acordo com Corbett (1991), das categorias linguísticas.

Enquanto categoria gramatical, o gênero se manifesta formalmente pela referência pronominal, pela concordância do adjetivo (ou do verbo) e por meio de afixos nominais (prefixos, sufixos ou desinências casuais). Esses três critérios dão origem a dois ou três gêneros, nas línguas indo-européias. Assim, definem-se, em português, duas classes: a dos nomes masculinos e femininos. No latim, acrescenta-se a dos neutros. Cumpre salientar que critérios gramaticais análogos aos das línguas indo-européias podem gerar, em outras línguas, classes nominais mais numerosas. Dubois et al. (1973, p. 302) cita como exemplo as línguas africanas.

A essa categorização de natureza formal, normalmente, é associada uma categorização semântica ligada ao gênero natural ou biológico do referente. Segundo Dubois et al. (1973), tal categorização depende de uma representação dos objetos do mundo por suas propriedades. O autor destaca as seguintes associações:

(1) a oposição entre as pessoas e os objetos (animados e não-animados), sendo os não animados neutros relativamente à distinção de gênero masculino/feminino; em português, essa classificação aparece na distinção entre quem/ quê;

(2) a oposição de sexo, no interior dos animados, entre macho e fêmea. Assim, pode-se ter animados machos (masculinos), animados fêmeas (femininos), não animados (neutros) (DUBOIS et al., 1973, p. 303).

É possível constatar nesse excerto que os critérios classificatórios dos gêneros resultam de associações semânticas evocadas pela memória. O modelo binário de oposições, como macho *versus* fêmea, animado *versus* não-animado e, ainda, humano *versus* não-humano, fundamenta esse processo mnemônico emergente na categorização semântica dos gêneros. Isso demonstra que ao lado dos gêneros gramaticais, classificados por meio de critérios formais (morfológicos ou fonológicos), surgem os gêneros lexicais, classificados segundo critérios estritamente ou predominantemente semânticos. Numa referência explícita aos modos de representação de homens e mulheres nas línguas, Hellinger e Bubmann (2001), buscando suscitar discussões acerca do gênero social (*gender*), adotam em seu estudo o termo gênero lexical (*lexical gender*), ao lado de outras categorias genéricas de cunho semântico, a saber, o gênero referencial (*referential gender*) e os falsos genéricos (*false generics*).

A designação gênero lexical indica claramente que ao lidar com a questão do gênero nos nomes nos defrontamos com uma categoria não apenas morfossintática, mas léxico-semântica também. Essa categoria serve para referir nomes de gêneros especificamente femininos ou masculinos, em contraste com aqueles considerados nomes de gênero indefinido, como “indivíduo” ou “vítima”.

O português, língua de flexão forte, tende a considerar em suas gramáticas formas nominais como “vaca”, “gata” e “menina” como sendo, respectivamente, o feminino de “boi”, “gato” e “menino”. Esse enfoque flexional, que inclusive chega a considerar os vocábulos “vaca” e “boi” como resultado de um processo flexional radical de alteração máxima de suas raízes – fenômeno conhecido como supletivismo –, vem sendo substituído pela tese de que estamos diante de itens lexicais diferentes, relacionados semanticamente, mas expressando diferentes propriedades. É nesse sentido que a categoria gênero no nome pode ser tomada como propriedade inerente do lexema. Assim, “menino” e “gato”, tal qual “pente” ou “livro” que não se referem a seres sexuados, são sempre lexemas masculinos, enquanto “menina” e “gata” são sempre lexemas femininos, assim como “ponte” ou “caneta”. Estamos, portanto, aqui, diante de palavras distintas.

Quando se repartem os nomes não animados ou assexuados em masculinos e femininos, o critério de classificação não é semântico, mas gramatical. O que

determina o gênero, nesses casos, são as propriedades formais inerentes a eles, muitas delas acessíveis à sintaxe, para que se faça, por exemplo, a concordância. Isso é o que se observa em “o pente fino”, “um livro grosso”, “esta ponte estreita” e em “aquela caneta fina”, em que a informação à classe a que pertencem os nomes é relevante para as operações de concordância aí registradas. Isso, no entanto, nada tem a ver com o sexo do referente, que é um critério de natureza extralinguística, e que também é discutido nessa vertente formalista de estudo dos gêneros. A natureza extralinguística dos referentes para os quais os nomes apontam constituem objeto de atenção, nessa perspectiva de estudo da linguagem, quando são observados conflitos de gênero, ou seja, em casos em que o gênero gramatical contradiz o gênero natural ou biológico. Casos, como “a testemunha” e “o cônjuge”, servem de exemplos, já que se aplicam, indiferentemente, a indivíduos do sexo masculino e feminino, não obstante possam ser inseridos, respectivamente, na classe dos nomes femininos e masculinos. Tal fenômeno leva Hellinger e Bubmann (2001) a cunharem o termo *gênero referencial*. Nas palavras desses autores, “o gênero referencial relaciona as expressões linguísticas à realidade não-linguística; mais especificamente, o gênero referencial identifica um referente como ‘feminino’, ‘masculino’ ou ‘genericamente indefinido’” (p. 8)¹. Nos exemplos acima, os elementos de referência pronominal, como “ele” ou “ela” servem para apontar para o gênero natural do referente; essa é uma informação que nada tem a ver com a estrutura do sintagma nominal, mas com a concretude do emprego da língua, com a situação na qual se circunscrevem seres também concretos.

Uma outra categoria apontada pelos autores citados é a dos *falsos genéricos*. Segundo Hellinger e Bubmann (2001), o termo *false generics*, utilizado por Kramarae e Treichler (1985) na obra *A feminist dictionary*, é conhecido por outros autores como *androcentric generics*. Eles dizem respeito às formas linguísticas, ditas genéricas, por meio das quais são feitas referências tanto a seres do sexo masculino quanto aos do sexo feminino.

O termo “genérico” é utilizado em linguística para designar uma palavra que tem sentido genérico. Uma palavra é genérica quando serve para nomear uma classe natural de objetos que, ao serem tomados separadamente, recebem uma denominação particular. É comum aos estudiosos da linguagem lançar mão do

¹ Tradução de: *referential gender* relates linguistic expressions to the non-linguistic reality; more specifically, referential gender identifies a referent as ‘female’, ‘male’, or ‘gender-indefinite’ (HELLINGER, BUBMANN, 2001, p. 8).

termo “hiperônimo” para se referirem a um vocábulo cujo significado inclui o sentido (ou sentidos) de um ou de diversos outros vocábulos designados “hipônimos”. Assim, o vocábulo *fruta* é “hiperônimo” dos “hipônimos” *maçã, laranja, goiaba, uva*.

Numa abordagem prescritiva das línguas, muitos são os casos em que se exige o uso dos chamados genéricos masculinos para se fazer referências a seres do sexo masculino e feminino, indistintamente. Isso é o que ocorre, por exemplo, no uso de “os estudiosos” e “os cientistas”, nos discursos acadêmico e científico, ou ainda, em “os parlamentares”, “os cidadãos” no discurso político, entre outros. O que se tem, aqui, não são nomes de gênero indefinido, como “os indivíduos”, “a população” ou “as pessoas”, que se comportam, efetivamente, como uma classe hiperonímica, mas uma imposição no entendimento dos mesmos como sendo capazes de funcionar como referentes de pessoas cujo gênero natural ou biológico presume-se ser desconhecido, pouco importante ou irrelevante para o contexto situacional em que são empregados. Trata-se de uma imposição gramatical (uma imposição social, talvez) que ignora o fato de que tais nomes, aos quais se atribui a propriedade “genérico”, comportem uma referência que lhes é externa. A suposta possibilidade de ignorar tal referência é que faz os nomes gramaticalmente masculinos e alguns gramaticalmente femininos², embora com baixa recorrência em línguas já estudadas, servirem de referentes para pessoas do sexo masculino ou feminino, para grupos cujo gênero é desconhecido ou pouco importante. Estamos, aqui, frente a uma questão de ordem semântico-pragmática, sobre a qual uma perspectiva social de estudo da linguagem muito tem a dizer. É fato corriqueiro no meio acadêmico, principalmente em documentos de instituições educacionais, o registro de “os acadêmicos do curso de Pedagogia” ou “os estudantes do curso de Letras”, quando se sabe que esses cursos são frequentados por um grupo de mulheres, que excede em larga escala o dos homens, ignorando-se, assim, os membros prototípicos dessas classes.

Essa abordagem prescritiva do uso dos chamados genéricos, principalmente os masculinos, vem desencadeando uma série de discussões sobre o sexismo linguístico que desemboca numa outra categoria de gênero nas línguas, o *gênero social*. Nessa abordagem dos gêneros são tratadas questões

concernentes às crenças e estereótipos, no que diz respeito às condutas sociais de homens e mulheres, que, de uma forma ou de outra, se consolidam pela atividade de linguagem, pela prática social das línguas, deixando nestas as suas marcas.

Gênero textual

De modo geral, quando o assunto é gênero textual, costuma-se evocar as três grandes categorias incorporadas à retórica aristotélica, a saber: o gênero judiciário, o gênero demonstrativo (ou epidídico) e o gênero deliberativo. Cada um desses gêneros foi caracterizado por Aristóteles como atividade discursiva em que entra em jogo o julgamento de uma ação (judiciário), o louvor ou a censura (demonstrativo), uma opção e uma conduta (deliberativo). Bakhtin (2000, p. 280) faz uma ressalva quanto às categorias aristotélicas de gênero. Para ele, embora a especificidade dos gêneros retóricos encobrisse a natureza propriamente linguística do enunciado, ou seja, a heterogeneidade dos gêneros, dava-se, pelo menos, maior atenção à natureza verbal do enunciado, a seus princípios constitutivos; tais como: a relação com o ouvinte e a influência deste sobre o enunciado. A partir daí, atribui-se, cada vez mais, maior importância aos processos constitutivos dos textos, e o que mais cabe ressaltar, uma maior atenção é dada ao papel da interação social (participação intersubjetiva dos produtores/consumidores de textos) e inserção histórico-cultural (o gênero firma-se em um contexto histórico) atinentes aos procedimentos de construção dos gêneros textuais.

Para Bakhtin (2000), o ponto de partida para o estudo dos tipos particulares de enunciados que se diferenciam de outros tipos de enunciados consiste em levar em consideração a diferença essencial existente entre gênero de discurso primário (simples) e o gênero de discurso secundário (complexo). Os gêneros de discurso primário configuram comunicações verbais espontâneas, enquanto os secundários aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural, mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita: artística, científica, sociopolítica. O processo histórico de formação dos gêneros secundários envolve a absorção e transmutação dos gêneros primários. Isso significa que estes últimos, ao se tornarem componentes dos primeiros, transformam-se e adquirem característica particular. Segundo Bakhtin, os gêneros primários perdem sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios:

²Hellinger e Bubmann (2001) apontam casos em línguas iraquianas e línguas aborígenes australianas em que o feminino é usado como o gênero não-marcado. Eles sugerem que sejam feitas pesquisas que avancem não só nas evidências linguísticas, mas também nas evidências antropológicas, capazes de atestar a mútua relação entre a existência de um maior número de recorrências a genéricos femininos, em algumas línguas, e estruturas matriarcais.

...inseridas no romance, a réplica do diálogo cotidiano ou a carta, conservando sua forma e seu significado cotidiano apenas no plano do conteúdo do romance, só se integram à realidade existente através do romance considerado como um todo, ou seja, do romance concebido como fenômeno da vida literário-artística e não da vida cotidiana. O romance no seu todo é um enunciado, da mesma forma que a réplica do diálogo cotidiano ou a carta pessoal (são fenômenos da mesma natureza); o que diferencia o romance é ser um enunciado complexo (BAKHTIN, 2000, p. 281).

Esse estudioso atribui grande importância teórica a essa distinção entre gêneros. Para ele, “o estudo da natureza do enunciado e da diversidade dos gêneros de enunciados nas diferentes esferas da atividade humana tem importância capital para todas as áreas da lingüística e da filologia” (BAKHTIN, 2000, p. 282).

Fairclough (2003, p. 68), que define gênero relativamente às práticas sociais a ele relacionadas, considera a mudança genérica como parte da mudança discursiva e social. Para o linguista britânico, a mudança genérica ocorre pela recombinação de gêneros pré-existentes. Ao distinguir os pré-gêneros (*pre-genres*³), os gêneros desencaixados (*disembedded genres*⁴) e os gêneros situados (*situated genres*), esse estudioso faz menção, assim como o fez Bakhtin, ao caráter abstrato evidenciado no confronto entre gêneros. Os pré-gêneros são, para Fairclough (2003, p. 69), caracterizados por apresentarem um alto nível de abstração. São categorias que transcendem redes particulares de práticas sociais e tomam parte na composição de diversos gêneros situados. Narrativa, descrição, argumentação e conversação são consideradas pré-gêneros pelo potencial abstrato que encerram. Os gêneros ditos desencaixados são categorias, menos abstratas que os últimos, como a entrevista. Os gêneros situados especificam redes particulares de práticas, ou seja, referem-se, tal como foi sugerido por Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 56), a um tipo de linguagem usado na performance de uma prática particular, como a entrevista etnográfica. Fairclough (2003, p. 69) insiste na idéia de que os gêneros, associados a redes particulares de práticas sociais, constituem o potencial de variabilidade retratado nas interações e textos atualizados⁵.

Dentre os estudiosos brasileiros que tratam da questão do gênero de discurso ou gênero textual,

cabe enfatizar o nome de Luiz Antônio Marcuschi que, mais que tangenciar o que foi dito por Fairclough e Bakhtin quanto à categoria de gênero, enriquece sobremaneira essa reflexão.

Partamos, então, da seguinte afirmação de Marcuschi (2004), em seu artigo intitulado *Gêneros textuais e produção linguística*: “o trato dos gêneros diz respeito ao trato da língua em seu cotidiano nas mais diversas formas” (p. 2). Essa afirmativa traz à luz a idéia de que o estudo dos gêneros textuais deve incorporar uma reflexão do comportamento ou funcionamento social da língua.

Sabe-se que a concepção de língua como instrumento de comunicação, advinda das reflexões linguísticas estruturalistas ou formalistas, tem sido substituída, no interior dos estudos linguísticos de natureza pragmático-discursiva, por uma concepção de língua enquanto forma de ação e interação entre os falantes. Silva (2002) destaca o papel atribuído ao discurso contextualizado no que concerne a essa faceta da linguística, que busca cada vez mais um compromisso com o lado social da linguagem. De acordo com a autora referida, além de focar a linguagem em seu uso concreto, ou seja, como prática social, a Análise Crítica do Discurso, em particular a sua vertente crítica, contempla forma e função, pontos nucleares dos dois paradigmas do pensamento humano, visando, porém, ao processo. Ao considerar, pois, a língua na sua dualidade e a produção de sentido(s) do discurso como uma resultante de processos de interação social, Silva suscita a idéia de que devemos reconhecer aí a existência de muitas conexões entre estrutura linguística e prática social, uma vez que ambas moldam a realidade e são moldadas mutuamente por ela.

Marcuschi (2001, 2004, 2008), para quem a língua é uma atividade social e cognitiva em contextos historicamente delineados e interativamente construídos, vem discutindo os gêneros textuais lembrando que os mesmos são *uma forma de ação social*. Para tanto, enfatiza a seguinte questão levantada por Bhatia (1997, p. 629): *Por que os membros de comunidades discursivas específicas usam a língua da maneira como o fazem?*

Não é difícil perceber que essa indagação revela uma preocupação centrada muito mais no processo de construção de textos, nas propriedades da prática discursiva do que propriamente no produto, ou seja, nas palavras de Fairclough (2001), nos “estágios terminais do discurso”.

Marcuschi (2004, p. 2), depois de parafrasear o questionamento de Bhatia, perguntando-se “por que todos os que escrevem uma monografia de curso fazem mais ou menos a mesma coisa?”, afirma que, ao pronunciarmos uma conferência ou darmos uma

³ O termo “pre-genres”, adotado por Fairclough, foi sugerido por Swales (1990).

⁴ O termo “disembedded genres” foi adotado por Fairclough à luz do que Giddens (1991) chama de “disembedded”.

⁵ Tradução minha de: “the genres associated with a particular network of social practices constitute a *potencial* which is variably drawn upon in *actual* texts and interactions” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 69).

aula expositiva, produzimos do mesmo modo textos similares na estrutura e que eles circulam em ambientes recorrentes próprios. Aproxima-se a uma resposta à questão com a afirmativa de que essa indagação envolve mais do que apenas questões socioculturais e cognitivas, tal qual propõe Bhatia. De acordo com Marcuschi, essa é uma questão que envolve ações de ordem comunicativa e estratégias convencionais para atingir determinados objetivos, uma vez que todos os gêneros têm uma forma e uma função, bem como um estilo e um conteúdo. Não obstante, a determinação genérica se dá basicamente pela função e não pela forma. Sugere ainda que os gêneros devam ser vistos como *entidades dinâmicas*, como formas culturais e cognitivas de ação social (MILLER, 1984 apud MARCUSCHI, 2004), numa perspectiva interdisciplinar que dê atenção especial para a linguagem em uso e para as atividades culturais e sociais. Por outro lado, o refinamento das discussões sobre *interdiscursividade* ou *intertextualidade constitutiva*⁶ dos textos, tal como se pode observar em Fairclough (2001), sugere que tais conceitos devam incidir sobre a questão do gênero e do estilo. Isso se deve ao fato de as suas considerações teóricas incidirem, mais propriamente, sobre as convenções discursivas do que sobre outros textos. Para esse estudioso, tais elementos também permeiam a rede de significação da interdiscursividade e constituem, assim como ela, um tipo de discurso por meio da combinação de elementos das ordens do discurso (interdiscursividade). Ao que me parece, a atenção desse estudioso volta-se para os processos sociocomunicativos diretamente relacionados a fatores que tornam um texto dependente de outro(s) previamente existente(s).

Ao destacar o sistema de gêneros como determinante das combinações e configurações, nas quais outros elementos ocorrem, Fairclough (2001) considera que o gênero, enquanto uma forma particular de organização social e parte dela, associa-se a um tipo de atividade ratificada socialmente, a saber, um artigo científico, uma exposição, uma mesa-redonda. No enfoque europeu de cunho faircloughiano, os gêneros são fundamentalmente sociais. Na voz de Marcuschi, também, a sociedade está organizada em função dos gêneros sociais, sendo que a interação sempre se dá dentro de algum gênero.

O gênero, para Fairclough, está associado não só a um tipo de atividade, mas também a um determinado estilo ou estilos alternativos. A

concepção de estilo é tratada por Fairclough (2001, p. 163) à luz da linguística sistêmico-funcional, teoria que vem sendo enriquecida por Halliday e Matthiessen (1999, 2004), no que concerne, de modo específico, a três dos quatro parâmetros⁷ sugeridos Halliday e Hasan (1991):

1 - *relação*, que se refere ao tipo de relação estabelecida entre os participantes de uma interação e caracteriza os estilos em termos de sua formalidade, informalidade, oficialidade, casualidade, e assim por diante;

2 - *modo*, referindo-se à forma falada ou escrita dos textos, ou a formas combinadas das duas (escrito para ser falado, escrito como se falado ou falado como se escrito);

3 - *modo retórico*, em que os estilos assumem classificações, como argumentativo, descritivo e expositivo.

Enquanto a *relação* concerne à natureza das relações entre participantes num processo de interação, o modo retórico engloba, como podemos ver, um conjunto de categorias conhecidas como: narração, argumentação, descrição, injunção, que servem para designar sequência de gêneros ou modos textuais, como será discutido adiante.

Nesse passo da discussão, é possível asseverar que o ato de apropriação de um gênero do discurso não é neutro, mas dinâmico e operatório, o que significa que vai além do caráter instrumental de que se reveste a afirmativa: a comunicação verbal só é possível por algum gênero. Para Marcuschi (2004, 2008), dominar um gênero textual não equivale, propriamente, a dominar uma forma linguística e, sim, à capacidade do falante de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares. Infere-se, dessa perspectiva, que o enfoque sobre gênero incide apropriadamente no que conhecemos, com Aristóteles, como *elocutio*, mais precisamente, portanto, nas escolhas e organização das formas linguísticas constitutivas dos textos, nos meios pelos quais os sujeitos realizam ou formalizam linguisticamente suas intenções sociocomunicativas.

Vejamos que a concepção de apropriação de gêneros discursivos, aqui, não incide propriamente sobre o resultado, sobre os textos já configurados, mas sobre o processo que os gerou. Tal processo

⁶ O termo *intertextualidade* foi cunhado por Kristeva (1969) para o estudo da literatura, sublinhando o fato de que a produtividade da escritura literária redistribui, dissemina... textos anteriores em um texto.

⁷ O modo (the mode of discourse) e o modo retórico (the rhetorical mode) são apresentados por Halliday e Hasan (1991) como um terceiro traço ou propriedade que compõe, ao lado de outros dois conjuntos de propriedades, o campo (the field of discourse) e a relação (the tenor of discourse), o quadro conceitual caracterizador do contexto situacional. O campo (campo de interação), a relação, o modo e o modo retórico, são discutidos por esses estudiosos à luz de uma abordagem linguística denominada *social-semiotic* (semiótica social). Essa abordagem sociossemiótica da linguagem pode ser conferida na obra *Language as Social Semiotic* (HALLIDAY, 1978).

articula, a um só tempo, o próprio sujeito, – que se instrumentaliza linguisticamente e busca, com engenho e arte (estilo), produzir ou, como sugere Marcuschi, materializar textos em situações comunicativas particulares – e as determinações sociais aí imbricadas. A concepção de Marcuschi coaduna-se com a perspectiva defendida pela da Análise Crítica do Discurso para o estudo de gênero. Nessa perspectiva, o discurso é uma prática social e o gênero é uma maneira socialmente ratificada de usar a língua como um tipo particular de atividade social. Daí a idéia, tanto de Fairclough quanto de Marcuschi, de que o gênero é uma forma de organização social.

Lidamos, assim, ao falar em gênero textual, com uma competência bem particular do sujeito enunciador, a de se constituir socialmente, pois, como sugere Bronckart (1999, p. 103), a manifestação linguística por meio dos gêneros converte-se num mecanismo fundamental de socialização, de inserção prática nas atividades comunicativas humanas. Chega-se, nesse passo, ao ponto de podermos evocar, mais uma vez, o caráter dinâmico e operatório desse mecanismo de apropriação dos gêneros.

Ao discutir a questão de gêneros textuais e produção linguística, Marcuschi (2004, 2008) sugere uma distinção entre tipo textual, gênero textual e domínio discursivo, o que será apresentado a seguir.

Os tipos textuais, por abrangerem categorias como a narração, a argumentação, a exposição, a descrição e a injunção, são caracterizados por esse estudioso muito mais como sequências linguísticas (um modo retórico) do que como textos materializados. Para ele, a rigor, trata-se de modos textuais. A natureza linguística desse tipo de composição é que a faz ser sentida como uma espécie de sequência retórica.

Contrariamente aos tipos textuais, os gêneros textuais compreendem os textos efetivamente materializados em situações comunicativas recorrentes. Os gêneros textuais nada mais são do que os textos concretizados que encontramos em nossa vida diária. São eles identificados por padrões sociocomunicativos característicos e definidos segundo composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas. Gênero textual e tipo textual compreendem entidades que se contrapõem, portanto, por seu caráter, respectivamente, empírico ou não e por constituírem ou não listagens abertas.

O domínio discursivo não é visto por Marcuschi como, propriamente, um princípio de classificação

de textos. Muito pelo contrário, um domínio discursivo indica *instâncias discursivas* (por exemplo: discurso jurídico, discurso jornalístico, discurso religioso etc.) constituindo, como sugere esse estudioso, à luz de uma concepção bakhtiniana, uma “esfera da atividade humana”. Sempre segundo Marcuschi, ele não abrange um gênero em particular, mas dá origem a vários deles, já que os gêneros são institucionalmente marcados. Nesse sentido, se convertem em práticas discursivas, dentro das quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que, às vezes, são-lhes próprios ou específicos, como práticas ou rotinas comunicativas institucionalizadas e instauradoras de relações de poder. A proposta do estudioso mostra-se relevante para um trabalho de pesquisa voltado para textos efetivamente produzidos, assentados em contextos institucionais específicos, e que se relacionam com as diferentes esferas das comunicações e atividades humanas.

A idéia de que os textos produzidos agem sobre a sociedade também é elucidada por Bazerman (2005, p. 19), na seguinte afirmação: “as pessoas criam novas realidades de significação, relações e conhecimentos, fazendo uso de textos”. No entanto, sob a perspectiva dos entrelaçamentos e dependências interpessoais relativos aos participantes do evento discursivo, compartilho com alguns estudiosos a idéia de que os textos podem desafiar e transformar tipos de relações entre indivíduos.

A não desassociação daquilo que ocorre no mundo e a sua realização por meio da produção de textos figura como preceito fértil ao estudo sociosemiótico dos textos. A sequência de acontecimentos no mundo da vida é responsável pela produção dos textos que circulam na sociedade. Seguindo a linha de raciocínio de Bazerman (2005, p. 21), esses textos, que podem constituir gêneros altamente tipificados e incidir sobre estruturas sociais igualmente tipificadas, podem criar fatos sociais que afetam as ações, direitos, deveres das pessoas.

Numa perspectiva de texto assim defendida, ação social e ato de fala são elementos indissociáveis. Agir pela linguagem é agir socialmente por meio da produção de textos. Tipos específicos de textos circulam em meio às mais diversas atividades e em meio aos mais diversos sistemas organizacionais em que nos vemos inseridos.

O funcionamento dos gêneros textuais, nas circunstâncias de acordo com as quais são produzidos, é elucidado por Bazerman à luz do princípio de que muitos dos textos produzidos encontram-se encaixados em atividades sociais

estruturadas e podem se revelar dependentes de textos anteriores que influenciam o desempenho de alguma atividade e a organização social. Para o estudioso, “cada texto estabelece condições que, de alguma forma, são levadas em consideração em atividades subsequentes” (p. 22). Por fazerem parte de um modo de vida organizado, os textos criam realidades ou fatos. Explana Bazerman (2005, p. 22):

Cada texto bem sucedido cria para os leitores um *fato social*. Os fatos sociais consistem em ações sociais significativas realizadas pela linguagem, ou *atos de fala*. Esses atos são realizados através de formas textuais padronizadas, típicas e, portanto, inteligíveis, ou *gêneros*, que estão relacionadas a outros textos e gêneros que ocorrem em circunstâncias relacionadas. Juntos, os vários tipos de textos se acomodam em *conjuntos de gêneros* dentro de *sistemas de gêneros*, os quais fazem parte dos *sistemas de atividades humanas*. (Grifo do autor).

Um conjunto de gêneros é entendido por Bazerman como a coleção de tipos de textos que uma pessoa, num determinado papel, tende a produzir. No entanto, o estudioso faz a ressalva de que os gêneros tipificam muitas coisas além da forma textual. Os gêneros são parte do modo como os indivíduos dão forma às atividades sociais. Um sistema de gêneros é formado pelo conjunto de gêneros de que se servem as pessoas que se encontram envolvidas, de forma organizada, em torno de uma mesma atividade. Para ele, um sistema de gêneros é parte do sistema de atividades. Nesse sentido, tomar em conta os sistemas de atividades humanas junto com os sistemas de gêneros é focalizar o que as pessoas fazem e como os textos ajudam as pessoas a fazê-lo, em vez de focalizar os textos com fins em si mesmos.

Os gêneros textuais são elucidados por esse autor com vistas aos seus propósitos práticos – produtos dos processos sociais no interior dos quais as pessoas buscam coordenar atividades e compartilhar significações. Esse ponto de vista é igualmente defendido por Eggins (2004, p. 55) que, postulando uma orientação sistêmico-funcional para a questão do gênero, sublinha o fato de o mesmo ser encarado como algo que reflete o como as coisas são feitas quando a linguagem é utilizada para realizá-las. Nesse sentido, os tipos de textos resultam de demandas sociais específicas. Definir gênero dessa maneira implica considerar que uma série de textos de diferentes gêneros origina-se diretamente dos tipos de atividades sociais reconhecíveis numa dada cultura. O caráter acional dos gêneros é evidenciado, portanto, nas ações dos indivíduos mediadas pelos textos, no emprego dos processos textuais padronizados.

A definição de gênero a que chega Martin (1984, p. 25) também realça o seu caráter acional. Para ele,

gênero é uma atividade intencional condicionada pela cultura da qual os falantes são membros. Segundo o estudioso, gêneros são como as coisas são feitas quando a linguagem é utilizada para realizá-las⁸. Os gêneros textuais são vistos, portanto, como elementos resultantes dos mais diversos tipos de atividades sociais existentes numa dada cultura.

Conclusão

Gênero social: à guisa de conclusão

As questões de gênero social (*gender*) costumam ser abordadas tomando-se como ponto de partida a crítica de que uma visão essencialista, centrada nas características biológicas dos indivíduos, impede a retratação da relevância do contexto sócio-histórico na naturalização do poder e das desigualdades sociais e econômicas estabelecidas entre os gêneros masculino e feminino. Muito embora tais estudos ecoem a voz de Scott (1986), retratada na sua célebre obra “Gender: a useful category of historical analyse”, tendo sido as questões de gênero social abordadas ainda em muitos campos das ciências humanas e na Literatura, no campo específico dos estudos linguísticos, as questões de gênero social se estendem, de modo especial, à Análise Crítica do Discurso (ACD), área constituída como um espaço interdisciplinar de estudos da linguagem que focaliza as realizações linguísticas macro e microestruturais em relação a questões sociais diversas. Consta da agenda da ACD investigar, de forma crítica, a desigualdade social tal como vem expressa, assinalada, constituída, legitimada pelos usos da linguagem, ou seja, nos discursos.

A reflexão sobre gênero social tem sido encabeçada justamente pela questão tão discutida na atualidade de que não é o sexo que determina o gênero, mas as práticas sociais, o contexto histórico e cultural da sociedade na qual homens e mulheres se acham inseridos. No entanto, há de se ressaltar que a condição social de gênero é uma construção que pode ser modificada no seio das práticas discursivas que sustentam as identidades sociais ou de gênero. As questões referentes ao gênero social podem ser focalizadas a partir do lugar em que os falantes usam a língua. Desenvolver uma consciência crítica das modalidades de opressão, dentre elas textos e discursos, representa um passo em direção ao domínio da resistência e mudança.

A abordagem do gênero social via linguagem encontra respaldo na crença da existência de uma

⁸ Em palavras de Martin (1984, p. 25): “genre is a staged, goal-oriented, purposeful activity in which speakers engage as members of our culture. Genres are how things get done, when language is used to accomplish them”.

relação estreita entre linguagem e poder nas sociedades. A consciência de que a linguagem contribui para a dominação de umas pessoas sobre as outras, tal como tem sido defendido por Fairclough (1991, 2001), atesta que a linguagem deve ser concebida como imbricada na história, cultura e instituições das quais os indivíduos fazem parte. Eu diria que a própria conquista do direito de alguém de se manifestar linguisticamente em determinados espaços sociais serve de indício dessas relações de dominação.

Essa concepção de linguagem (função) revela ser a língua (sistema) um poderosíssimo instrumento de exercício e controle de poder nas sociedades. Ressalto essa peculiaridade intervencionista da língua, apoiando-me em teorias como a linguística crítica e análise de discurso crítica, que consideram a seleção dos dispositivos ou categorias linguísticas elementos caracterizadores do conflito social no discurso, como a dominação, a diferença, a resistência, a discriminação, o controle e relações de poder.

Considerando os pressupostos de que as estruturas linguísticas exprimem valores sociais e que fatores sociais condicionam a língua, é possível pensar a identidade de gênero a partir de um gênero textual específico, já que o gênero social permeia todos os gêneros textuais, sem desprezar aspectos linguísticos concernentes ao gênero gramatical.

Sob a tríade gênero textual, gênero social e gênero gramatical, é possível focalizar aspectos sócio-históricos e políticos concernentes às identidades sociais emergentes, por exemplo, em documentos institucionais, nos quais ainda se preservam os chamados *genéricos masculinos*.

Alguns trabalhos de análise da prática discursiva publicitária (cf. CARVALHO, 1996; GANDINI, 2008) têm revelado aspectos interessantes no que concerne às questões de gênero no Brasil. Sublinho, aqui, aqueles que se debruçam especificamente sobre anúncios publicitários em que se tem, por um lado, a mulher como sua receptora e, por outro, o homem como o seu receptor, tal como as propagandas de produtos de beleza para mulher e as propagandas de bebidas dirigidas aos homens. Estudos como esses revelam que reflexões críticas sobre dominação e poder na sociedade não se restringem à esfera dos analistas sociais, posto que o despertar de uma visão crítica das diferentes formas de ação da linguagem sobre as relações sociais e de gênero pode, entre outras coisas, contribuir sobremaneira para uma possível gradual mudança discursiva e, conseqüentemente, social.

Referências

- BAKHTIN, M. M. Os gêneros do Discurso. In: BAKHTIN, M. M. (Ed.). **Estética da criação verbal**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 277-326.
- BAZERMAN, C. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. Tradução: Judith Chambliss Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2005.
- BHATIA, V. K. Genre analysis today. **Revue Belge de Philologie et d'Histoire**, v. 75, n. 3, p. 629-652, 1997.
- BRONCKART, J.-P. **Atividades de linguagem, textos e discursos**: por um interacionismo sócio-discursivo. São Paulo: Educ, 1999.
- CARVALHO, N. **Publicidade**: a linguagem da sedução. São Paulo: Ática, 1996.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity** - rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- CORBETT, G. G. **Gender**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- DUBOIS, J. et al. **Dicionário de linguística**. Tradução: Frederico Pessoa de Barros et al. São Paulo: Cultrix, 1973.
- EGGINS, S. **An introduction to systemic functional linguistics**. 2nd ed. New York/London: Continuum, 2004.
- FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. London: Logman, 1991.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução: Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse** - textual analysis for social research. London/New York: Routledge, 2003.
- GANDINI, S. G. **Representações femininas na publicidade do Dia Internacional da Mulher em 2008**. Fazendo Gênero 8 - corpo, violência e poder. Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST8/Sergio_Gadini_08.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2010.
- GIDDENS, A. **Modernity and self identity**. Cambridge: Polity Press, 1991.
- HALLIDAY, M. A. K. **Language as social semiotic**. Londres: Edward Arnold, 1978.
- HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Language, context and text**: aspects of language in a social-semiotic perspective. 3rd ed. Oxford: Oxford University Press, 1991.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. A. M. **Construing experience through meaning**. London: Continuum, 1999.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. A. M. **An introduction to functional grammar**. 3rd ed. London: Arnold, 2004.
- HELLINGER, M.; BUBMANN, H. **Gender across languages**: the linguistic representation of women and men. Philadelphia: Jonh Benjamins North America, 2001.
- KRAMARAE, C.; TREICHLER, P. A. **A feminist dictionary**. Boston: Pandora, 1985.
- KRISTEVA, J. **História da linguagem**. Lisboa: Edições 70, 1969.

MARCUSCHI, L. A. Atos de referência na interação face a face. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 41, p. 37-54, 2001.

MARCUSCHI, L. A. **Gêneros textuais e produção linguística**. Brasília: CEFT-PI/UNED, 2004.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTIN, J. R. Language register and genre. In: CHRISTIE, F. (Ed.). **Language studies: children writing leader**. Geelong: Deakin University, 1984. p. 21-30.

MILLER, C. R. Genre as social action. In: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (Ed.). **Genre and the New Rethoric**. London: Taylor and Francis, 1984. p. 23-42.

SCOTT, J. Gender: a useful category of historical analysis.

The American Historical Review. **The University of Chicago Press**, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, 1986.

SILVA, D. E. G. Percursos teóricos e metodológicos em análise do discurso: uma pequena introdução. In: SILVA, D. E. G.; VIEIRA, J. A. (Org.). **Análise do discurso - percursos teóricos e metodológicos**. Brasília: Plano, 2002. p. 7-19.

SWALES, J. **Genre analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Received on April 12, 2010.

Accepted on October 6, 2010.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.